

ENTRE O 11 DE SETEMBRO E O 11 DE MARÇO: OS LIMITES DE UM MUNDO GLOBALIZADO

Luís Lobo-Fernandes

THERE WAS ONE PARTICULARLY DISQUIETING FACTOR:
IT SCARCELY SEEMED CREDIBLE THAT AN OBSCURE AND INSIGNIFICANT TRIBE
LIKE THE ÉBURONES DARED TO TAKE THE INITIATIVE IN MAKING WAR ON ROME.
Julius Caesar. *War Commentaries*. 1964

INTRODUÇÃO

Neste esforço de reflexão sobre a crise no sistema das relações internacionais provocada pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 enuncio quatro hipóteses¹. Em primeiro lugar, sustento que os atentados de 11 de Setembro encerraram *de facto* a transição pós-Guerra Fria. É certo que esta é uma dimensão mais externa do exercício, isto é, de organização cronológica. No entanto, a referência não é totalmente marginal pois o ciclo aberto pelo ataque às Torres Gémeas de Nova York e às instalações do Pentágono em Washington enuncia um período de maior incerteza no sistema internacional, marcado pela emergência de um novo padrão de «barbarismo»² transnacional – termo que adopto – dado o carácter especialmente repugnante das acções terroristas³. Este é um mundo incerto, mais desterritorializado e com maiores vulnerabilidades. (*Proposição I*)⁴. Em segundo lugar, considero que as manifestações de barbarismo transnacional, aqui elencadas na categoria de *conflitos de baixa intensidade*, não sendo na essência muito diferentes de outras práticas terroristas do passado, configuram uma sofisticação acrescida, com recurso a expedientes especialmente ousados visando maior espectacularidade. Estas acções de violência inusitada resultam por sua vez da combinação de duas forças aparentemente incompatíveis: uma interpretação radical do Islão⁵ – considerada abusiva pelas várias correntes islâmicas – e o uso dos mais avançados aparatos tecnológicos para produzir dor e danos consideráveis. Nesta medida, estamos perante a invocação de uma bandeira religiosa – uma bandeira especialmente perigosa pelo seu carácter místico e emocional – para justificar o uso de violência contra alvos civis e interesses maioritariamente ocidentais (*Proposição II*). Em terceiro lugar, o movimento da globalização e de abertura a nível mundial que se acelerou a seguir ao colapso da União Soviética, em 1991, ao tornar o sistema internacional mais transparente sublinha as assimetrias existentes, pondo a descoberto grandes diferenças de desenvolvimento, em especial, entre o mundo

ocidental e outras regiões do globo. Os Estados Unidos, vencedores da Guerra Fria, hoje detentores da responsabilidade primordial da gestão do sistema internacional, são para todos os efeitos o alvo principal daqueles que se consideram «perdedores» do processo de globalização (Proposição III)⁶. Por último, a democratização gradual da região do Golfo é a solução para vencer o terrorismo islâmico (Proposição IV). A questão genérica mais interessante é, porém, tentar avaliar em que medida os eventos de 11 de Setembro e de 11 de Março acarretaram mudanças no sistema internacional. Antes de percorrer as proposições enunciadas, não deixaria de partilhar a minha hesitação perante a inverosímil irracionalidade que todos presenciámos. Expressaria, não obstante, uma convicção: não pretendo encontrar causas «últimas» – impossíveis de provar – para a barbárie global, aliás, humanamente injustificável.

PROPOSIÇÃO I – 11 DE SETEMBRO: O ENCERRAMENTO DA TRANSIÇÃO PÓS-GUERRA FRIA

Durante algum tempo, após 1991, constituiu uma asserção recorrente afirmar que o fim da bipolaridade confrontava o domínio teórico das relações internacionais com alguma volatilidade e perda de clareza conceptual, ou até mesmo com o que chegou a ser enunciado como uma «crise» de paradigmas. Tal devia-se em grande medida às tendências contraditórias que rapidamente se manifestaram: por um lado, uma aceleração do movimento da globalização capitalista, agora liberto da ameaça soviética que foi – durante décadas a fio – o principal obstáculo à sua plena irradiação; por outro, a fragmentação que a implosão da União Soviética produziu, com reflexos agudos nas reivindicações nacionalistas que eclodiram na Europa de Leste, nos Balcãs, e em toda a extensão do chamado cordão islâmico da Ásia Ocidental e Central. Tal nível de incerteza era adensado ainda mais por uma insuficiência do modelo teórico centrado exclusivamente no Estado soberano ou se preferirmos pela metamorfose do próprio sistema vestefaliano, resultante do crescimento exponencial de organizações internacionais não-governamentais e de outros actores transnacionais. O principal desafio metodológico apontava já então para a exigência de integrar o papel dos chamados *mixed actors* (actores transnacionais) na explicação dos factores de mudança internacional. A proclamação de uma «nova ordem» mundial proferida pelo Presidente George Bush (1989-1993) cedo se revelaria, pois, excessiva, quando a comunidade internacional viu-se confrontada com a invasão do Kuwait por forças iraquianas, em Agosto de 1990, e, mais tarde, com a primeira tentativa de destruição do World Trade Center, em 1993.

PROPOSIÇÃO II – DE NOVA YORK A MADRID: CONFLITOS DE BAIXA INTENSIDADE, AMEAÇAS ELEVADAS

Os atentados terroristas do dia 11 de Março de 2004, em Madrid, despertaram mais de perto as consciências europeias para uma ameaça errática que actua a nível global e não conhece fronteiras⁷. A violência projectada contra civis indefesos na capital espanhola

– tal como ocorrera em Nova York a 11 de Setembro de 2001 – foi de excepcional gravidade, evidenciando que as ameaças protagonizadas por redes terroristas transnacionais estão longe de estar dissipadas. Sabemos que o terrorismo, que visa fundamentalmente gerar pânico e medo entre as populações civis, não é novo. Porém, os atentados de Nova York e de Madrid revelam um arrojo e uma espectacularidade assinaláveis, com recurso às tecnologias globais, visando atingir grandes concentrações de pessoas em zonas onde porventura menos se esperaria. Note-se que de um ponto de vista estrito das «leis da guerra», apesar da sua brutalidade, o ataque às torres do World Trade Center pode ser considerado um dano colateral, mas do ponto de vista dos terroristas foi uma acção de sucesso *integral* para os seus desígnios, fosse por gerar medo no maior centro financeiro e de negócios do mundo – verdadeiro símbolo da prosperidade ocidental –, fosse pela demonstração inequívoca da vulnerabilidade dos Estados Unidos⁸. Na dimensão mediática do puro terror, Nova York fica sobretudo marcada pela transmissão em directo dos ataques, uma inovação patente. A calendarização para o início da manhã dos atentados com aviões comerciais pirateados, e a programação do ataque à segunda torre cerca de vinte minutos depois do ataque à primeira, visou, objectivamente, permitir a difusão ao vivo das acções *kamikazes* em todo o mundo, levando o hiperterrorismo a uma escala sem precedente: a humilhação dos Estados Unidos televisionada em directo. Em Madrid, o uso dos telemóveis como autênticos instrumentos letais para desencadear as explosões em comboios suburbanos define o verdadeiro espírito do tempo: a reconceptualização do terror pelo lado da cibernética⁹.

Uma das dimensões de certo modo insuficientemente analisada nos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova York, e de 11 de Março de 2004 em Madrid, prende-se com o seu enquadramento numa escala de conflitos algo mais ambiciosa¹⁰. A emergência de formas de terrorismo transnacional representa, por um lado, a ultrapassagem da separação realista tradicional entre as esferas doméstica e externa e, por outro, um desafio ao monopólio da violência dos Estados vestefalianos¹¹. Os chamados conflitos de baixa intensidade (aqui considerados especificamente na sua vertente terrorista não-estadual e insurgente)¹² estão normalmente associados a uma deslocação do foco vertical das batalhas clássicas entre países – travadas fundamentalmente pelos respectivos braços militares – para um plano horizontal envolvendo mais directamente a procura de efeitos profundamente desestabilizadores nos planos civil, psicológico, social, económico, e ideológico, cujo pano de fundo é o efeito surpresa do terror e do assassinato selvagem de populações indefesas. Conceptualmente, estamos agora perante uma tipologia de hostilidades localizada num dos extremos da escala dos conflitos de baixa intensidade, ou seja, de formas que eu

A EMERGÊNCIA DE FORMAS DE TERRORISMO
TRANSNACIONAL REPRESENTA, POR UM LADO,
A ULTRAPASSAGEM DA SEPARAÇÃO REALISTA
TRADICIONAL ENTRE AS ESFERAS DOMÉSTICA
E EXTERNA E, POR OUTRO,
UM DESAFIO AO MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA
DOS ESTADOS VESTEFALIANOS.

denomino de violência sem combate e de guerra não declarada, também designadas de guerras *assimétricas*. Esta modalidade de violência *informal*¹³ – como a rotulou Robert O. Keohane – tem um carácter marcadamente errático, difuso e transnacional, não fazendo distinção entre os níveis tradicionais de «frente» e de «retaguarda», e não distingue combatentes de não-combatentes. Dado que o terrorismo é uma tática dos contendores mais «fracos», a violência raramente é accionada contra alvos militares. Os atentados terroristas são, pois, maioritariamente dirigidos contra civis.

A dimensão talvez politicamente mais substantiva dos conflitos de baixa intensidade envolve uma lógica *revolucionária* assente no desgaste sócio-psicológico das populações-alvo, cujo centro de gravidade é a desestabilização do sistema de poderes prevalente. Neste sentido, o conflito armado é algo tangencial ao propósito revolucionário, não deixando porém de constituir uma ameaça particularmente elevada. Uma tipologia actualizada dos conflitos de baixa intensidade – na forma insurgente – assenta num conceito expandido que integra aquilo que designaria de ideologia da barbárie. Neste sentido, para nós, um dos aspectos mais marcantes das acções barbarizantes de 11 de Setembro e de 11 de Março é precisamente a exclusão de qualquer desejo de compromisso por parte dos perpetradores. É aparente que Osama bin Laden e os seus seguidores não anseavam qualquer vantagem política com vista a um processo negocial ortodoxo, a empreender ulteriormente¹⁴. Concluindo, esta rede está a conduzir o que eu também defino como uma forma de guerra ilimitada¹⁵ e não a procurar um acesso ao *statu quo*.

PROPOSIÇÃO III – AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO NO PÓS-GUERRA FRIA

A DIMENSÃO ECONÓMICA: O MUNDO NÃO CONSTITUI UMA «TOTALIDADE»

A promessa de prosperidade global, muito difundida após a queda da URSS e ao longo de praticamente toda a década de 90, baseia-se fundamentalmente num argumento liberal das relações internacionais, estruturado numa ideia de mudança pacífica e harmonia potencial, enfim, num jogo de soma positiva, simbolizado no acordo de Bretton Woods e com uma versão mais contemporânea definida em termos do chamado *consenso de Washington*. A referência é, porém, mais uma questão de convicção do que de análise. Em rigor, ninguém podia garantir que as dinâmicas internacionais evoluíssem exactamente assim. Os realistas, tradicionalmente mais cépticos em relação à probabilidade de mudanças profundas na natureza das relações internacionais, e com uma concepção fixa da natureza humana, sempre consideraram que o sistema internacional é muito fragmentado, pelo que a globalização não traria uma alteração fundamental dos dados estruturais, ou seja, não modificaria um sistema internacional marcado pela luta permanente pelo poder e por conflitos potenciais.

Do lado das perspectivas teóricas mais críticas, a globalização condiciona as possibilidades de alternativas políticas e provoca uma erosão transversal das fronteiras – sem

qualquer garantia de prosperidade para todos – funcionando antes como uma espécie de «intrusa», constituindo-se numa base para desequilíbrios sociais acentuados. Para esta visão radical, as dinâmicas da globalização precisamente por sugerirem integração à escala mundial enunciam também uma maior centralização favorável às economias dominantes. O raciocínio é simples: num mundo mais aberto a divisão do trabalho é favorável aos países ricos. O discurso globalista oculta, pois, um dado essencial: o mundo não constitui uma «totalidade». É forçoso reconhecer que o desequilíbrio nos níveis de prosperidade entre países, cada vez mais nu – por via das novas tecnologias multimédia – aos olhos das populações desfavorecidas dos vários pontos do globo, contribui para a criação de condições propícias a ressentimentos difusos, susceptíveis de manipulação política. O enunciado global patenteia também uma insuficiente legitimação democrática, pois não existe um modelo disponível de democracia global (em rigor, a democracia está historicamente ligada à experiência do Estado-Nação e a uma dada territorialidade)¹⁶. A globalização, incapaz de gerar por si só os necessários ajustamentos político-económicos no plano interno dos estados, potenciou frustrações e revelou-se uma promessa com limites muito significativos.

A DIMENSÃO ESTRATÉGICA: UM MUNDO UNIPOLAR MAS NÃO NECESSARIAMENTE DOMINADO POR UM IMPÉRIO

Outra consequência do colapso da União Soviética foi a «consagração» dos Estados Unidos como única superpotência. Daqui derivou um ciclo do sistema internacional tendencialmente unipolar¹⁷, onde a actual diferença de capacidades entre os EUA e outros centros de poder não encontra paralelo na história (mesmo a comparação com o caso do Império Romano peca, segundo alguns, por defeito). É certo que outras perspectivas sustentam uma caracterização em termos de «unimultipolaridade»¹⁸. Eu privilegiaria, não obstante, a hipótese unipolar na exacta medida em que ela se reporta à existência de uma única superpotência e elucida talvez melhor a dinâmica internacional contemporânea¹⁹.

Neste sentido, desde o início da transição pós-Guerra Fria que os Estados Unidos, enquanto superpotência democrática – ao contrário dos impérios do passado – se confrontavam com a necessidade de evitar

excessos de arrogância precisamente por causa do enorme diferencial de poder que passaram a deter²⁰. Ora, na minha óptica, os efeitos dos ataques de 11 de Setembro de 2001 perturbaram significativamente o processo de ajustamento e de acomodação dos Estados Unidos à sua nova condição de única superpotência.

É imperioso, pois, considerar os efeitos dos atentados do 11 de Setembro que, para lá dos seus aspectos mais hediondos, cristalizaram a vulnerabilidade dos EUA, tornando especialmente viva a natureza das ameaças transnacionais. Tenho sustentado que o impacto

OS EFEITOS DOS ATAQUES DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 PERTURBARAM SIGNIFICATIVAMENTE O PROCESSO DE AJUSTAMENTO E DE ACOMODAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS À SUA NOVA CONDIÇÃO DE ÚNICA SUPERPOTÊNCIA.

psicológico daqueles eventos não deve ser minimizado²¹. É, desde Pearl Harbor, o primeiro grande revés consumado no seu próprio território. A barbárie global na forma de uma ideologia e prática do terrorismo transnacional emerge pois como a ameaça mais imediata à hiperpotência²². Tal circunstância – e o medo que provocou – possibilitou (em maior ou menor grau) que os Estados Unidos deixassem de basear o seu pensamento estratégico numa lógica reactiva como acontecia no passado, dada a impossibilidade manifesta de dissuadir ataques irracionais do tipo do 11 de Setembro. Na leitura da Administração norte-americana, o «esgotamento» da dissuasão – estruturada no argumento da retaliação – em relação a grupos que actuam irracionalmente e de forma imprevisível, com recurso a práticas suicidas, tornou necessária uma alteração qualitativa da doutrina estratégica «forçando» a adopção de medidas pró-activas de defesa, no sentido de inviabilizar a materialização de novos atentados. O cerco aos santuários dos terroristas em regimes que os patrocinam, ou que os toleram, passa a ser um dos componentes centrais da reorientação em curso (como sempre acontece quando a dissuasão falha, a alternativa é a defesa activa). Os acontecimentos daquela data terão acentuado a convicção em Washington de que os estados frácos (e, do mesmo modo, os chamados *failed states*) podem representar perigos maiores para a segurança dos Estados Unidos do que as potências tradicionais. Neste sentido, a intervenção no Iraque pode ser vista como uma «sequência» do ataque ao Afeganistão. A grande ironia está no facto de o Iraque, apesar da natureza ignóbil do seu regime, não caber em nenhuma daquelas categorias, independentemente da questão de o regime iraquiano deter ou não, na altura, armas de destruição maciça. Acresce ao paradoxo, que o país era um dos poucos estados seculares da região.

A decisão da Administração de George W. Bush em lançar-se numa guerra de tipo preventivo parece configurar antes uma aposta muito mais ambiciosa, que passa pela recomposição – pelo menos parcial – do mapa político do Médio Oriente²³. Esta administração já não se orienta, portanto, por uma lógica clássica de balança de poder²⁴. Uma tal política inclui nada menos do que o forçar mudanças de regime. Porém, numa visão mais

PODER, OPORTUNIDADE E UM PROPÓSITO DE CARIZ MORALISTA (NEOWILSONIANO) PARECEM POIS SER OS FACTORES QUE MELHOR EXPLICAM, NOS SEUS CONTORNOS FUNDAMENTAIS, A ACÇÃO EMPREENDIDA PELOS ESTADOS UNIDOS.

«dura», a iniciativa da Administração Bush de invadir o Iraque e de destituir Saddam, em 2003, pode ser considerada meramente como a expressão clássica de uma intervenção simplesmente «porque se pode», ou seja, porque se tem uma capacidade disponível e uma vantagem incomensurável face

ao regime iraquiano, seguramente o mais fragilizado do conjunto dos regimes totalitários da região e na situação do mais completo isolamento internacional. Por isso, como se esperava, ninguém levantou um dedo pelo regime de Bagdad. Poder, oportunidade e um propósito de cariz moralista (*neowilsoniano*) parecem pois ser os factores que melhor explicam, nos seus contornos fundamentais, a acção empreendida pelos Estados Unidos.

Factor de alguma perplexidade foi a opção da Administração americana não fazer acompanhar a intervenção no Iraque de um esforço diplomático muito mais consequente em relação ao conflito israelo-palestiniano. É aparente que o factor principal para qualquer sucesso da ideia de democracia no Médio Oriente passa pela criação de condições de estabilidade duradoura na Palestina. A insatisfação de muitos países árabes (e islâmicos) e de outros sectores da opinião pública mundial em relação à política dos EUA naquela região, prende-se precisamente com o arrastar violento e «descontrolado» da crise e a inexistência de uma expectativa negocial entre israelitas e palestinianos. Aí permanece um dos principais focos de perturbação internacional. Como refere Caporaso (2002, 9), um dos objectivos aparentes dos atentados terroristas de 11 de Setembro era o de colocar o problema palestiniano na agenda política do Governo dos Estados Unidos²⁵.

PROPOSIÇÃO IV – A DEMOCRACIA POLÍTICA NOS PAÍSES ISLÂMICOS: O CAMINHO MAIS SUSTENTÁVEL

Uma das questões mais interessantes em torno do caso iraquiano parece agora colocar-se em saber em que medida políticas neomoralistas²⁶ de *mudança de regime* e processos de democratização exógenos em países de cultura islâmica podem ser bem sucedidos. A agenda política da Administração de George W. Bush sustenta que a afirmação dos direitos humanos e o princípio do sufrágio livre e universal são valores universais, válidos para cada pessoa, em cada sociedade. Como sublinhei, a Administração Bush não se pauta por uma lógica clássica de equilíbrios de poder, mas por um objectivo aparente de transformação política de grande alcance na região do golfo Pérsico²⁷. O seu raciocínio parte da premissa que o actual *statu quo* internacional não pode ser mantido a longo prazo na região, na exacta medida em que a principal fonte de revolta «islâmica» contra os Estados Unidos são precisamente os regimes imobilistas e oligárquicos aliados de Washington²⁸. Os propósitos de recomposição do mapa político do Golfo, sustentada por uma rede de novas democracias capazes de ir ao encontro dos anseios da juventude e das sociedades árabes e muçulmanas, representam uma reorientação estratégica excepcionalmente ousada por parte dos Estados Unidos. O problema parece estar mais no método que, até ver, terá sido «contraproducente», do que nos deméritos políticos do empreendimento²⁹.

CONCLUSÃO: O BARBARISMO TRANSNACIONAL COMO IDEOLOGIA

Numa leitura de pendor político, parece iniludível que os acontecimentos de Setembro de 2001 em solo americano – na linha de uma primeira tentativa algo frustrada em 1993 – visaram principalmente contrariar e afectar a posição ascendente dos Estados Unidos no sistema internacional³⁰. Mas, talvez mais do que o choque decorrente da brutalidade dos eventos, é no ataque directo à superpotência que reside a principal novidade da acção terrorista de 11 de Setembro. Os eventos de Madrid – simbolicamente separados dos de Nova York por exactamente dois anos e meio – enquadrar-se-iam na mesma lógica de penalizar um governo aliado de Washington³¹. Neste sentido, os dois momen-

tos podem ser vistos como fazendo parte de uma mesma reacção difusa à hegemonia dos EUA nas relações internacionais, articulada por uma entidade não-estadual que reivindica agir em nome do Islão e estruturada num plexo organizacional – a Al-Qaida – possuidora de recursos financeiros consideráveis, informatizada, caracterizada por células com grande autonomia, altamente móvel, presumivelmente com ramificações em mais de sessenta países, e detentora de uma espécie de bolsa de suicidas *à la carte*. Os atentados de 11 de Setembro e de 11 de Março constituem a expressão de uma verdadeira ideologia da barbárie, a cuja chantagem não se pode nem se deve ceder³². Não partilho, pois, das leituras assentes em causas remotas, na ideia de que o barbarismo global é um efeito directo das acções dos Estados Unidos, ou seja, de que existe uma «culpa objectiva» – uma falácia recorrente e perigosa – dos EUA e, por arrastamento, das democracias prósperas do Norte do planeta. Não deve, porém, ser totalmente desvalorizada a existência de ressentimentos difusos, e de algum potencial de violência latente induzida por um crescimento das privações de uma parte da população do globo, ressentimentos esses abertos à manipulação de agentes terroristas que não partilham o consenso internacional³³. Os Estados Unidos ajudaram a tornar o mundo mais globalizado. É fundamental, pois, que ajudem a responder às exigências daí advindas.

Para aqueles que aceitam que as mudanças internacionais estão primacialmente correlacionadas com grandes alterações na configuração do poder mundial, as relações internacionais pós-11 de Setembro não sofreram alterações determinantes, apesar do seu potencial altamente desestabilizador. Os estados vestefalianos deteriam ainda, para esta visão, uma reserva de poder significativa para conter os danos colaterais associados. Afigura-se-me imprescindível, contudo, ter em conta que a emergência de novos actores e de novos padrões de terrorismo transnacional, desterritorializado, representa um desafio significativo para a ordem internacional actual. Por outro lado, é aparente a necessidade de empreender processos de mudança democrática apoiados em quadros multilaterais, ou seja, reconhecer o papel – reconhecidamente insubstituível – das instituições e dos regimes internacionais nos processos de ajustamento político e económico. Sob pena de os sinais do tempo aberto pelo 11 de Setembro representarem, de facto, o advento de um ciclo longo especialmente tormentoso para as relações internacionais. *RJ*

O MONSTRO DEMOCRÁTICO

“A democracia é como um monstro pré-histórico, difícil de provocar mas que, quando luta, destrói tudo, incluindo o seu habitat.” *RJ*

George Kennan (1950), *Charles R. Walgreen Foundation Lectures in George Kennan (1984)*. *American diplomacy: 66*. Chicago: University of Chicago Press.

1 Assim, no presente artigo não contemplamos, entre outras dimensões analíticas igualmente importantes, o impacto a todos os títulos assinalável que a invasão do Iraque teve no modelo de segurança internacional consagrado na Carta das Nações Unidas, as tensões transatlânticas e as divisões no seio da União Europeia decorrentes da crise iraquiana, a questão islâmica na linha do «choque de civilizações» de Samuel Huntington, a questão das enormes reservas de petróleo iraquiano, os objectivos não declarados da Administração Bush visando a Arábia Saudita e o Irão, ou mesmo o aparente efeito directo do atentado de 11 de Março de 2004, em Madrid, no resultado das eleições legislativas espanholas do dia 14 de Março seguinte [sobre esta última questão ver, por exemplo, Bonifácio, Maria de Fátima. 2004. «Vitória da Al-Qaida». *Público*. 19 de Março de 2004, p. 15].

2 Termo proposto por Richard J. Harknett (2002, 1) que considera que a administração de George W. Bush rotulou incorrectamente os ataques como mero terrorismo. Ora, segundo este autor, as ameaças configuram antes formas de «barbarismo», uma expressão de violência total que não pretende prosseguir objectivos políticos, mas visa a destruição como um fim em si. Cf. Harknett, Richard J. 2002. «Barbarians At and Behind the Gates: The Loss of Contingency and the Search for Homeland Security». *The Forum, A Journal of Applied Research in Contemporary Politics*. Volume 1, Issue 2, <http://www.bepress.com/forum/vol1/iss2/art1/>. Do mesmo autor ver também, Harknett, Richard J. 2003. «Integrated Security: A Strategic Response to Anonymity and the Problem of the Few». *Contemporary Security Policy*, volume 24, n.º 1, Abril de 2003, pp. 13-45; e, ainda, Harknett, Richard J. 2003. «Fear, Opportunity and Preventive War: The American Rationale for Conflict with Iraq», in Erich Reiter (Hrsg.) *Jahrbuch für internationale Sicherheitspolitik* 2003. Mittler, pp. 101-118.

3 Lobo-Fernandes, Luís. 2004. «Terrorismo exige mais investimento na defesa e segurança da Europa». *Diário do Minho*, 27 de Março de 2004, pp. 10-11.

4 No período pós-1991 ocorreram outras crises internacionais graves, resultado de manifestações de nacionalismo étnico e xenóforo (casos da Bósnia, Ruanda e Kosovo, entre outras), mas que não produziram o impacto sistémico que o 11 de Setembro acarretou.

5 Cf., por exemplo, Esposito, John L. 2002. *Unholy War: Terror in the Name of Islam*. Oxford, UK: Oxford University Press.

6 Como argumenta Kenneth N. Waltz, as grandes potências detêm sempre a responsabilidade principal da gestão do sistema internacional. Cf. Waltz, Kenneth N. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva – Publicações.

7 Sobre a globalização do terrorismo cf., por exemplo, Borradori, Giovanna. 2003. *Phi-*

losophy in a Time of Terror: Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida. Chicago: The University of Chicago Press, e Morodo, Raúl. 2004. «Temos de aprender a viver com o terrorismo». *Notícias Magazine*, 28 de Março de 2004, pp. 26-34.

8 Cf. Caporaso, James A. 2002. «Terrorism, Non-State Violence, and the Westphalian System: Consolidation or Fragmentation?». Paper preparado para os Encontros da Arrábida, *Os Actores na Prevenção de Conflitos*. Coordenação de Luís Lobo-Fernandes, Fundação Oriente, Mosteiro da Arrábida, Portugal, 17-18 de Junho de 2002, por publicar.

9 Miguel Gaspar, citado pelo jornal *Público*, refere em particular que aquilo que ocorreu em Madrid foi um confronto entre uma velha tecnologia – a televisão – e uma nova tecnologia, os telemóveis com ligação à Internet, usados para desencadear as explosões. «Telemóveis contra televisão nos atentados de Madrid», *Público*, 23 de Julho de 2004, p. 45.

10 Como estipulou Carl von Clausewitz, «Agora, o primeiro, o maior, o mais decisivo acto de julgamento que o estadista e o general exerce é justamente compreender sob este aspecto a guerra em que se empenha, e não tomá-la por algo, ou desejar torná-la em algo que, pela natureza das suas relações, lhe é impossível ser. Este é, pois, o primeiro, o mais compreensivo de todos os problemas estratégicos». Clausewitz, Carl von (1832). *Da Guerra*. Lisboa: Europa-América, s/data, p. 48.

11 Caporaso, 2002, *op. cit.*

12 Os conflitos de baixa intensidade incluem tipicamente um espectro mais amplo de categorias que vão do terrorismo e insurgência até às acções antiterroristas, de contra-insurgência, operações especiais, e outras, por parte dos estados. Cf. Sarkesian, Sam C. 1986. «Low-Intensity Conflict: Concepts, Principles, and Policy Guidelines», in David J. Dean, ed. 1986. *Low Intensity Conflict and Modern Technology*. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press. Ver também Manwaring, Max G., ed. 1991. *Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm of Low Intensity Conflict*. Boulder, CO: Westview Press.

13 Cf. Keohane, Robert O. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. New York: Routledge, p. 272.

14 Embora igualmente repugnantes, pode estabelecer-se alguma diferença relativamente aos atentados perpetrados pelos extremistas palestinianos durante os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, que visavam obrigar Israel a fazer cedências.

15 Cf. Lobo-Fernandes, Luís. 2002. «Neoterrorismo ou Guerra Ilimitada: Seis Meses Depois». *O Mundo em Português*, n.º 31, Abril de 2002, pp. 26-27.

16 Cf. Lobo-Fernandes, Luís. 2000. «O Modelo Global: Espaço de Teste da Paz e Segurança

Internacionais». *Nação & Defesa*, Outono-Inverno de 2000, n.º 95/96, 2.ª série, p. 50.

17 Cf., por exemplo, Krauthammer, Charles. 2002. «The Unipolar Moment Revisited». *The National Interest*, n.º 70, Inverno de 2002-2003, pp. 5-17.

18 Nos primeiros anos pós-Guerra Fria houve uma fórmula intermédia definida em termos de «uni-bi-multipolaridade» dado que a Rússia pós-soviética, apesar das grandes dificuldades económicas, continuava a deter o maior arsenal nuclear de armas estratégicas.

19 Helio Jaguaribe considera mesmo que «Os Estados Unidos são actualmente, estritamente falando, o único país totalmente soberano». Cf. Jaguaribe, Helio. «O Novo Sistema Internacional». *Estratégia*. Número 16, 1.º semestre, 2002, p. 29. Na mesma linha, Ronaldo M. Sardenberg, referia que «Já hoje, quando se reestrutura a ordem mundial, os EUA aparecem como o país que melhor corresponde ao 'tipo ideal' do Estado...». Sardenberg, Ronaldo M. 2003. «Prefácio», in Hans J. Morgenthau. *Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. XXIX. Cf. ainda, Zakaria, Fareed. 2002. «Our Way: The trouble with being the world's only superpower». *The New Yorker*, 14-21 de Outubro de 2002, pp. 72-81.

20 O actual poderio militar dos Estados Unidos é frequentemente considerado sinónimo de império. Nós não subscrevemos esta visão. O conceito de império é definido por uma lógica impositiva, de organização militar do espaço, que tende a cristalizar um estado centralizado e autoritário, e cujo poder supremo é tendencialmente detido por um único titular. Historicamente, quer os impérios clássicos quer os impérios coloniais nasceram de uma superioridade militar. E é esse elemento que resume a sua condição. Ao contrário, os Estados Unidos constituem uma poliarquia, cujo carácter democrático é fundamentalmente antitético do poder imperial.

21 Cf. Lobo-Fernandes, Luís. 2003. «Bush: o risco de esperar». *Público*, 17 de Fevereiro de 2003, p. 10.

22 Termo aparentemente cunhado pelo antigo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine. Note-se, porém, que o termo destinou-se a descrever a América de Bill Clinton, não a de George W. Bush. Cf. Zakaria, Fareed. 2004. «Hating America». *Foreign Policy*, Setembro-Outubro de 2004, n.º 144, p. 48.

23 Cf. Gaddis, John Lewis. 2002. «A Grand Strategy of Transformation». *Foreign Policy*, n.º 133, Novembro-Dezembro de 2002, pp. 50-57. Cf. também, «Madeleine Albright: La mujer que fue Estados Unidos». *El País Semanal*, Número 1447, Domingo, 20 de Junho de 2004, pp. 14-21.

24 Como sublinha de forma pungente Condoleezza Rice (2003, 104) «We must abandon

the quest for new multipolarity, and instead work for a balance of power that favors freedom, that defends freedom against its enemies and supports those seeking to build freedom in their own societies. There is much to be done, and we must begin this good work now». *Newsweek*, Special Issue, Dezembro-Fevereiro de 2004.

25 Caporaso, 2002, *op. cit.*

26 Cf. Lemann, Nicholas. 2002. «Without a Doubt: Has Condoleezza Rice changed George W. Bush, or has he changed her?» *The New Yorker*, 14-21 de Outubro de 2002, pp. 164-179.

27 Ao contrário de alguns dos mais proeminentes realistas e neo-realistas que ataca-

ram desde o início da escalada os propósitos da Administração Bush. «War With Iraq Is Not in America's National Interest», *The New York Times*, 26 de Setembro de 2002, p. A31.

28 Sobre a questão saudita consultar, por exemplo, Baer, Robert, 2003. «The Fall of the House of Sand», *The Atlantic Monthly*, volume 291, n.º 4, Maio de 2003.

29 Cf. também, Sousa, Teresa de. 2004. «Islão e Democracia». *Público*, 25 de Maio de 2004, p. 6, e Joffé, George. 2004. «Democratização é possível nos países muçulmanos». *Diário de Notícias*, 26 de Julho de 2004, p. 15.

30 Os ataques às instalações das representações diplomáticas dos Estados Unidos em

Nairobi e em Dar-es-Salam, em 1998, prefiguravam o mesmo padrão.

31 De igual modo, os atentados perpetrados em Bali, Casablanca, Istambul e Riad, visaram atingir países que no entendimento dos seus autores são «cúmplices» dos Estados Unidos.

32 Cf. também Valence, Georges. 2004. «La Mémoire de Madrid». *L'Expansion*, Julho-Agosto de 2004, n.º 688, p. 5.

33 Sobre o tema das privações relativas e da hipótese «frustração-agressão», ver em especial modelo *PR* de Gurr, Ted Robert. 1985. *Manual de Conflito Político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 105 e 169-172.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albright, Madeleine. 2004. «La Mujer que fue Estados Unidos». *El País Semanal*, número 1.447, 20 de Junho de 2004, pp. 14 a 21.
- Bonifácio, Maria de Fátima. 2004. «Vitória da Al-Qaida». *Público*, 19 de Março de 2004, p. 15.
- Baer, Robert. «The all of the House of Sand». *The Atlantic Monthly*, volume 291, n.º 4, Maio de 2003.
- Borradori, Giovanna. 2003. *Philosophy in a Time of Terror: Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Caesar, Julius. 1964. *War Commentaries of Caesar*. New York: Mentor Books, The New American Library.
- Caporaso, James A. 2002. «Terrorism, Non-State Violence, and the Westphalian System: Consolidation or Fragmentation?». Paper preparado para os Encontros da Arrábida, *Os Actores na Prevenção de Conflitos*. Coordenação de Luís Lobo-Fernandes, Fundação Oriente, Mosteiro da Arrábida, Portugal, 17-18 de Junho, 2002, por publicar.
- Clausewitz, Carl von. [1832]. *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/data.
- Gaddis, John Lewis. 2002. «A Grand Strategy of Transformation». *Foreign Policy*, n.º 133, Novembro-Dezembro de 2002, pp. 50-57.
- Gurr, Ted Robert. 1985. *Manual de Conflito Político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Harknett, Richard J. 2002. «Barbarians At and Behind the Gates: The Loss of Contingency and the Search for Homeland Security». *The Forum, A Journal of Applied Research in Contemporary Politics*. Volume 1, Issue 2, <http://www.bepress.com/forum/vol1/iss2/art1/>
- 2003. «Integrated Security: A Strategic Response to Anonymity and the Problem of the Few». *Contemporary Security Policy*, volume 24, Number 1, Abril de 2003, pp. 13-45.
- 2003. «Fear, Opportunity and Preventive War: The American Rationale for Conflict with Iraq». In Erich Reiter (Hrsg.) *Jahrbuch für internationale Sicherheitspolitik*, 2003. Mittler.
- Jaguaribe, Helio. 2002. «O Novo Sistema Internacional». *Estratégia*. Número 16, 1.º Semestre, pp. 19-46.
- Keohane, Robert O. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. New York: Routledge.
- Krauthammer, Charles. 2002. «The Unipolar Moment Revisited». *The National Interest*, Number 70, Inverno de 2002-2003, pp. 5-17.
- Lemann, Nicholas. 2002. «Without a Doubt»: Has Condoleezza Rice changed George W. Bush, or has he changed her?». *The New Yorker*. 14 e 21 de Outubro de 2002, pp. 164-179.
- Lobo-Fernandes, Luís. 2000. «As Duas Faces de Janus». *O Mundo em Português*, Ano 1 – Número 6 – Março de 2000, pp. 18-19.
- 2000. «O Modelo Global: Espaço de Teste da Paz e Segurança Internacionais». *Nação & Defesa*, n.º 95/96, Outono/Inverno de 2000, 2.ª série, pp. 43-53.
- 2001. «O hiperterrorismo entre os estilhaços da teoria e da política. E agora?». *Um boletim* [Editorial]. Universidade do Minho, n.º 96 – 7 de Dezembro de 2001, pp. 2-3.
- 2002. «Neoterrorismo ou a Guerra Ilimitada: Seis Meses Depois». *O Mundo em Português*, n.º 31, Abril de 2002, pp. 26-27.
- 2003. «Bush: o risco de esperar». *Público*. 17 de Fevereiro de 2003, p. 10.
- 2004. «Terrorismo exige mais investimento na defesa e segurança da Europa». *Diário do Minho*, 27 de Março de 2004, pp. 10-11.
- Manwaring, Max G. ed. 1991. *Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm of Low Intensity Conflict*. Boulder, CO: Westview Press.
- Morodo, Raúl. 2004. «Temos de aprender a viver com o terrorismo». *Notícias Magazine*. 28 de Março de 2004, pp. 26-34.
- Rice, Condoleezza. 2003. «You're Safe With Us». *Newsweek*, Special Issue, Dezembro de 2003-Fevereiro de 2004.
- Sardenberg, Ronaldo M. 2003. «Prefácio», in Hans J. Morgenthau. *Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Sarkesian, Sam C. 1986. «Low-Intensity Conflict: Concepts, Principles, and Policy Guidelines», in David J. Dean, ed. *Low-Intensity Conflict and Modern Technology*. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press.
- Sousa, Teresa de. 2004. «Islão e Democracia». *Público*, 25 de Maio de 2004, p. 6.
- The New York Times*, «War With Iraq Is Not in America's National Interest», 26 de Setembro de 2002, p. A31.
- Valence, Georges. 2004. «La Mémoire de Madrid». *L'Expansion*, Julho-Agosto de 2004, n.º 688, p. 5.
- Waltz, Kenneth N. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva – Publicações.
- Zakaria, Fareed. 2002. «Our Way: The trouble with being the world's only superpower». *The New Yorker*, 14-21 de Outubro de 2002, pp. 72-81.